



A. ESPECIFICAÇÃO DO DOCUMENTO		FOR010 – REV.00 – 03/08/2015		SGQ - ISO
Título:	RELATORIO DE LEVANTAMENTO FUNCIONAL		Tipo:	RELATÓRIO
Cliente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA		Contrato:	61/2016
Contratada:	EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA.		Período:	24/10/2016 à 26/10/2016
Responsável:	Camila Caparroz Vasconcelos/ Júlia Cheib Paiva		Data:	26/10/2016
Projeto:	Implantação GiexOnline			
Objetivo:	O objetivo deste documento é realizar o levantamento funcional dos setores da Prefeitura Municipal de Itabira que utilizarão o Sistema GiexOnline, bem como descrever os processos internos de trabalho destes, quais sejam, Procuradoria Jurídica, Tesouraria/Contadoria e Atendimento.			

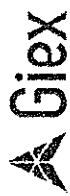
B. HISTÓRICO DAS REVISÕES			
Versão	Data	Autor	Descrição
1.00	26/10/2016	Camila Caparroz/ Júlia Cheib	Criação

Sumário

1.Objetivo.....	1
2.Estrutura Organizacional da Administração.....	2
3.Estrutura Organizacional da Justiça.....	2
4.Atendimento.....	3
4.1.Estrutura Organizacional.....	3
4.1.1.Relação de usuários.....	3
4.2.Termo de Confissão.....	3
4.3.Convênios utilizados.....	3
4.4.Guias Bancárias (guia de quitação ou DAM débitos inscritos e débitos ajuzados).....	4
4.5.Negociação através do Portal.....	4
4.6.Regras de Negociação.....	4
4.7.Sistema Legado.....	5
4.8.Fluxo do atendimento.....	5

4.9. Interrupção/Suspensão da exigibilidade por parcelamento.....	6
5. Secretaria de Finanças - Tesouraria.....	6
5.1. Estrutura Organizacional.....	6
5.1.1. Relação de usuários.....	6
5.2. Tipos de cadastros.....	7
5.3. CND – Certidão de Débitos.....	7
5.3.1. Modelo de certidão positiva.....	7
5.3.2. Modelo de certidão positiva com efeitos de negativa.....	7
5.3.3. Modelo de certidão negativa.....	7
5.4. Baixas bancárias.....	7
5.5. Das rubricas e contas contábeis.....	7
5.6. Campanhas de cobrança realizadas.....	8
5.7. Protesto Extrajudicial.....	8
5.7.1. Previsão legal Municipal.....	8
5.7.2. Recolhimento de custas.....	8
5.7.3. Integração com Cartório.....	8
5.7.4. Características para protestar conforme a legislação.....	9
5.7.5. Procedimento Administrativo do Protesto (rotina).....	9
6. Inscrição em Dívida Ativa.....	9
6.1. CDA ou CDU.....	9
6.2. Forma de numeração das CDAs.....	9
6.3. Tipos de livro de Inscrição em DA.....	9
6.4. Modelo de CDA para IMO/MOB/Taxas e outros cadastros.....	10
7. Procuradoria.....	10
7.1. Procuradorias que serão abrangidas na implantação.....	10
7.1.1. Estrutura Organizacional.....	10
7.1.2. Relação de usuários.....	10
7.1.3. Fluxo de trabalho de cada Procuradoria.....	11
7.1.4. Peças processuais geradas.....	11
7.1.5. Sistemas utilizados na Procuradoria.....	11

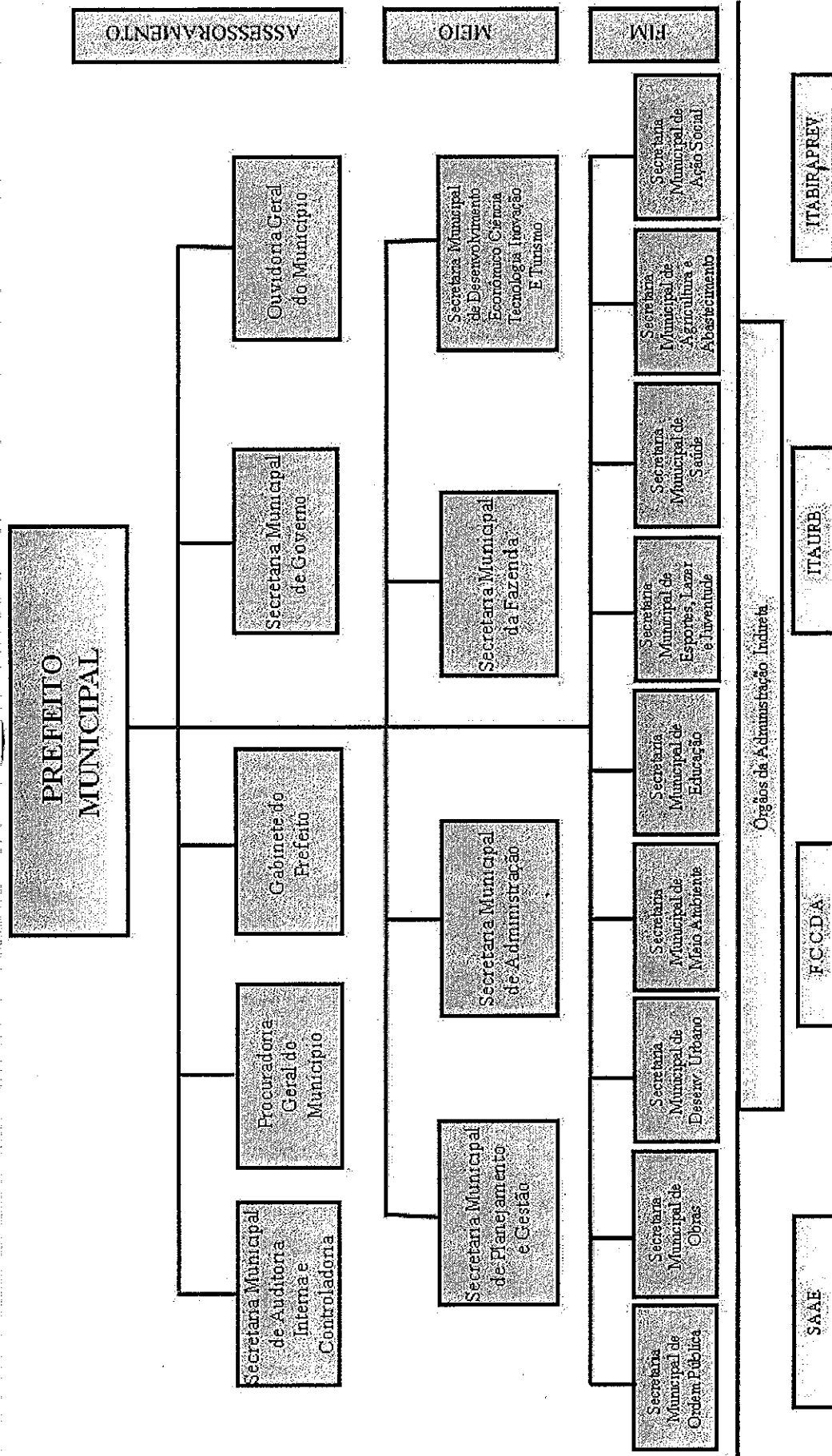
7.1.6. Relatórios mais utilizados pelas Procuradorias.....	11
7.1.7. Distribuição de processos entre Procuradores.....	11
7.1.8. Pareceres administrativos.....	11
7.1.9. Ajuizamento.....	11
7.1.10. Modelo de petição inicial.....	12
7.1.11. Custas Processuais.....	12
7.1.11.1. Forma de pagamento.....	12
7.1.11.2. Compartilhamento.....	12
7.1.11.3. Parcelamento de Custas (possibilidade).....	12
7.1.12. Despesas Processuais.....	12
7.1.12.1. Citação.....	12
7.1.12.2. Outras despesas cobradas.....	12
7.1.13. Honorários advocatícios.....	12
7.1.13.1. Honorários judiciais.....	13
7.1.13.2. Honorários administrativos.....	13
7.1.13.3. Parcelamento de honorários.....	13
7.1.13.4. Guia de compartilhamento de honorários.....	13
7.1.13.5. Rubrica específica para recolhimento dos honorários.....	13
7.1.14. Cadastramento de suspensão da exigibilidade por decisão judicial.....	13
7.1.14. Cadastramento de suspensão da exigibilidade por processo administrativo.....	13
7.1.15. Distribuição de processos e andamento processual na execução fiscal.....	13
7.1.16. Andamentos automáticos x Nome do andamento.....	13
7.1.17. Peças administrativas.....	14
7.1.18. Peças processuais.....	14
7.1.18.1. Suspensão.....	14
7.1.18.2. Extinção pagamento.....	14
7.1.18.3. Extinção desistência.....	14
7.1.18.4. BacenJud.....	14

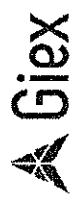


1. Objetivo

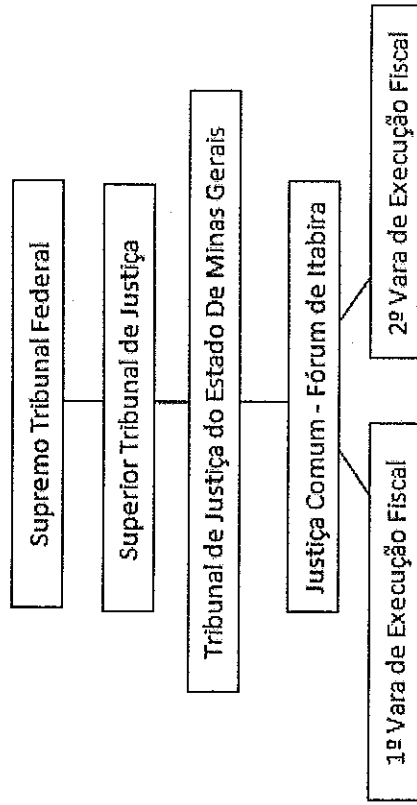
O objetivo deste documento é realizar o Levantamento Funcional dos setores da Prefeitura Municipal de Itabira que utilizarão o Sistema GiexOnline, bem como descrever os processos internos de trabalho destes, quais sejam, Procuradoria Jurídica, Tesouraria e Atendimento. Restou verificada a rotina e fluxo das atividades desempenhadas pelos referidos setores a fim de se obter informações necessárias para as configurações essenciais das funcionalidades das ferramentas do Sistema GiexOnline, bem como se a forma de trabalho realizada hoje pelo cliente necessitará ser modificada, no intuito de facilitar o bom andamento das rotinas administrativas e judiciais. As presentes informações estão sujeitas a alterações durante o período de implantação por solicitação do cliente ou por necessidade de inclusão de dados pertinentes ao uso da ferramenta.

2. Estrutura Organizacional da Administração



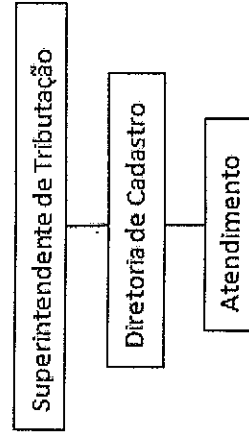


3. Estrutura Organizacional da Justiça



4. Atendimento

4.1. Estrutura Organizacional



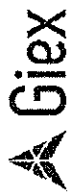


PREFETURA MUNICIPAL DE ITABIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DE DÉBITO EM DÉBITA À FAVOR DA ATIVA MUNICIPAL

[illegible][illegible][illegible]

DATE RECEIVED

PP/CN82 21.264.03.1900Y-76
Distribution: NS PRECIS 1976



4.1.1 Relação de usuários

Nome	Departamento	Cargo/Função
Alessandro Fernando Gonçalves	Procuradoria	Superintendente da Tributação
Niltania Carvalho Martins da Costa	Fazenda Municipal	Diretora de Cadastro
José Geraldo	Fazenda Municipal	Atendente
José Nilson	Fazenda Municipal	Atendente

4.2. Termo de Confissão

- Modelo de um termo de confissão de dívida gerado pelo sistema ARCETIL:



4.3. Convênios utilizados

A Procuradoria Geral do Município de Itabira detém os seguintes convênios:

- Caixa Econômica Federal;
- Banco do Brasil;

4.4. Guias Bancárias (guia de quitação ou DAM débitos inscritos e débitos ajuizados)

- Modelo de guia de cota única (quitação) emitida pelo sistema ARCTIL:

Via Do Contribuinte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA		GUIA DE ARRECADAÇÃO	
CONTRIBUINTE		PARCELA	VENCIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA AV. CARLOS DE PAULA ANDRADE CENTRO ITABIRA	135 MG	DATA QUITAÇÃO 27/10/2015	DATA EMISSÃO 28/10/2015
DOC. ORIGEM 35154/2015	INSC. MUNICIPAL 1922-0	ALÍQUOTA R\$ 0,00	ESPÉCIE
INSTRUÇÕES AO PAGAR NÃO RECEBER AOS 5 VENCIMENTOS ENDERECO DE CORRESPONDENCIA: AV. CARLOS DE PAULA ANDRADE CENTRO ITABIRA		VALOR TOTAL PRINCIPAL	
-- DENGUE -- Faca sua parte contra o mosquito transmissor. Diâque Dengue 5839-2500. CNPJ/CNP: 18.299.446/0001-24		VALOR TOTAL JUROS	
		VALOR TOTAL MULTA	
		VALOR TOTAL ATUALIZADA	
		VALOR TOTAL DESCONTOS	
		VALOR COBRADO	
INFORMAÇÕES AO CONTRIBUINTE Perc. Descontado da Dívida 10 18 ISS Retido na Fonte 1 29 Expediente		Vencimento 10/11/2010 31/10/2015	

Via Bancária:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA		GUIA DE ARRECAÇÃO	
CONTRIBUINTE PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA		DOC. ORIGEM 35164/2016	PARCELA
VENCIMENTO 31/10/2016	INSC. MUNICIPAL 1922-0	INST. IMOBILIARIA 10319401940010	DATA ORIGEM 27/10/2016
DATA EMISSAO 25/10/2016	ALÍQUOTA 2%	VALOR TOTAL PRINCIPAL 6,93	(+) VALOR TOTAL JUROS 4,38
(+) VALOR TOTAL MULTA 1,22	(-) VALOR TOTAL COEXCUSAÇÃO MONETARIA 1,99	(-) VALOR TOTAL DESCONTOS 0,0000	VALOR COBRADO 14,52

VIA FIMI

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

81605000000-9 14522012201-7 61031000000-1 00351640969-9



4.5. Negociação através do Portal

Atualmente, não há a possibilidade de o contribuinte negociar sua dívida pelo portal institucional da Prefeitura Municipal de Itabira. O portal em comento apenas possibilita a obtenção da segunda via de débitos, a impressão de certidões (negativa, positiva e positiva com efeito de negativa) e a emissão de guia de débitos pendentes.

URL do Portal: <http://www.itabira.mg.gov.br/portal/>



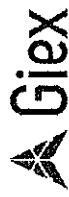
4.6. Regras de Negociação

Regras de Parcelamento:

Regras de parcelamento/Tipo	IPTU/Taxa de pessoa física	Lixo/ISSQN	IPTU/Taxa de pessoa jurídica	Lixo/ISSQN	Taxas e ISSQN de obras*
Número de parcelas máxima	60 parcelas		60 parcelas		60 parcelas
Valor mínimo de parcela	10 UPFM's		60 UPFM's		
Reparcelamento	Não possui QTDE Máxima		Não possui QTDE Máxima		Não possui QTDE Máxima
Juros Vincendos	1 %		1 %		1 %

Regras de parcelamento/Tipo	Multas não tributárias	Multas TCE – Ressarcimento ao erário	Licenciamento de obras residenciais pessoa física
Número de parcelas máxima	não parcela	até 60 parcelas	5 parcelas
Valor mínimo de parcela	não parcela	não informado	não informado
Reparcelamento	não parcela	até 2 reparcelamentos	até 2 reparcelamentos
Juros Vincendos	não parcela	0,5% após a 11ª parcela	0,5% após a 11ª parcela

Regras de Reparcimento:



Regras de parcelamento	
1º Parcelamento	Sem entrada
2º Parcelamento	20% de entrada

Apesar de o Município de Itabira não determinar quantidades máximas de parcelamento, a partir do segundo, é cobrado o valor de 20% do total do débito, a ser pago como entrada, juntamente com a primeira parcela.

4.7. Sistema Legado

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Itabira adota o Sistema ARCetil.

4.8. Fluxo do atendimento

O setor de Atendimento tem competência para efetuar negociações de débitos fase de cobrança, bem como aqueles tratados em processos administrativos. O contribuinte, ao chegar no setor de Atendimento retira uma senha e aguarda até ser direcionado ao guichê de atendimento. Neste momento, o atendente confere toda a documentação necessária e então realiza os serviços solicitados.

No atendimento é feita emissão de certidões, 2ª via de boletos, levantamento de débitos, emissão de boletos a vista e acordos/parcelamentos.

A Fazenda Municipal é responsável pela tramitação de processo administrativo, cancelamento de débitos, inscrição em dívida, rompimento de acordos (extorno), compensação de lançamentos pagos em duplicidades, cobrança amigável e cancelamentos de débitos.

Ressalta-se que a competência da Fazenda é limitada aos débitos em fase de cobrança, vez que aqueles débitos inscritos em dívida ou em execução fiscal somente são negociados pelo setor de atendimento existente dentro da Procuradoria Jurídica Municipal.

Restou informado pelo servidor do atendimento que os débitos inscritos em dívida não são parcelados, apenas é verificada a possibilidade de cancelamento da CDA para acordo. Caso seja possível o cancelamento, há negociação neste setor, caso não, apenas no atendimento da Procuradoria Jurídica.